



12 de junho de 2019

Ações Culturais na Cidade do Rio de Janeiro

Palestrante – Mariana Ribas, secretária municipal de Cultura.



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 12 de junho de 2019

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Ações Culturais na Cidade do Rio de Janeiro Sustentável

Os tópicos da apresentação realizada pela secretária municipal de Cultura, Mariana Ribas, foram os seguintes:

- Primeiramente eu queria agradecer ao Mauro pelo convite, à Ana que fez essa ponte e pela presença dos conselheiros que vieram assistir minha apresentação.

- Faz mais ou menos quatro meses que assumi a Secretaria de Cultura, mas eu passei pela secretaria no ano de 2003 ao ano de 2016, quando fui para Brasília trabalhar no Ministério da Cultura. Então já são treze anos de Secretaria da Cultura. Fui presidente da RioFilme, fui ministra interina da Cultura, secretária do Audiovisual. Antes de vir para prefeitura eu estava em uma das cadeiras da diretoria colegiada da Agência Nacional de Cinema. Então já são mais ou menos dezesseis anos só de administração pública.

- Eu estou retornando para Secretaria de Cultura e, de fato, em um momento bastante difícil para gente em relação à disponibilidade orçamentária que a gente tem e com um número bastante alto de equipamentos para a gente gerir. De fato, é um grande desafio!. As pessoas perguntam se eu sou doida, pois larguei um mandato de quatro anos e faltavam três anos e meio ainda. Tive que renunciar ao cargo para assumir esse desafio. Minha relação com Secretaria de Cultura é uma relação de amor mesmo, pois eu fui estagiária lá e então eu não poderia dizer não a esse convite.

- O que eu trouxe para vocês representa basicamente um resumo da situação atual da Secretaria, trouxe a quantidade de equipamentos, quantidade de funcionários disponíveis atualmente, vou falar dos modelos de gestão que a gente utiliza, da nossa renúncia fiscal, de tudo que a gente planejou para esse ano mesmo com tão pouco e das nossas prioridades.

- Uma das minhas preocupações para esse ano, por exemplo, a nossa preocupação zero, que está parada na câmara, é a aprovação do projeto de lei que cria nosso fundo municipal de cultura. Eu acho que é papel do gestor hoje em dia se preocupar muito mais com as políticas de estado do que com as políticas de governo. Políticas que a gente sabe que são discricionárias e dependem de orçamento, dependem da visão de quem está à frente dessas pastas. Então hoje, para mim, é muito importante que todos os nossos projetos e todas as nossas ações, além de deixarem um legado, elas precisam dar certo, precisam servir de modelo para que a gente garanta minimamente a continuidade de tudo o que a gente vem pensando.

- E, claro, mesmo com mudanças a gente sempre tem que melhorar e revisar nossos processamentos, dos nossos processos. Mas a gente tem sempre que pensar no impacto do que a gente está gerindo, daquilo que a gente está implantando e de que modo aquilo vai mudar a realidade atual que a gente tem. Ou seja, pensar onde a gente está e aonde a gente quer chegar. Eu acho que é isso que norteia hoje o trabalho da equipe da Secretaria Municipal de Cultura.

- Atualmente a gente tem 63 equipamentos. A gente tem as arenas culturais, que são os modelos mais modernos das lonas culturais que são da década de 90. E aí, a gente tinha quatro arenas e dez lonas culturais. Dessas dez lonas a gente conseguiu transformar três e transformar essas três em areninhas. A ideia é que a gente consiga transformar essas sete que ainda restam. A gente tem treze bibliotecas, quatorze Centros Culturais, dois cinemas (um no Complexo do Alemão e outro no Centro Cultural João Nogueira, no Imperator), seis museus, dois planetários e doze teatros.

- Alguns desses equipamentos são alugados, com é o caso, do Teatro Serrador, da Sala Baden Powell e do Teatro Ziembinski. E temos também quatro vinculadas: a Fundação Cidade das Artes (que fica na Barra da Tijuca), a RioFilme (que é uma empresa pública), a Fundação Planetário e o Arquivo Geral da Cidade (que não tem personalidade jurídica, mas tem uma unidade orçamentária própria e congregação de competência para a Beatriz Kushnir, que hoje é diretora geral da gente) .

- Eu não quis trabalhar com um universo muito grande e então eu trouxe para vocês o número de espectadores e atividades dos anos de 2017 e 2018. Temos quase 14 milhões de espectadores para todos os nossos equipamentos e atividades que a gente realizou. E 102.889 mil atividades. Ou seja, projetos que foram apoiados, shows, espetáculos e tudo o que a gente fez.

- Dentro dos nossos equipamentos a gente tem o museu mais visitado da América do Sul que é o Museu do Amanhã. Um museu muito especial e que chegou a marca de 3 milhões e meio de espectadores. A gente comemorou esse número em abril desse ano.

Aparte do Conselheiro Mauro Osorio: O custo dele é caro, né?

- Sim. Esse é um debate que eu não costumo entrar, mas vamos lá. Hoje tudo é muito caro para a gente. Então tudo o que de fato, de repente, nem é tão caro, para a gente se torna caro hoje. A gente tem na Cidade das Artes, por exemplo, que tem 90 mil metros quadrados, teve orçamento executado do ano passado de 18 milhões e meio. A gente tem fonte 100 e fonte 200 dentro desse orçamento. Fonte 200 é a nossa fonte de receita. A gente não tem essa fonte na administração direta, no âmbito da secretaria, mas a gente tem fonte 200 nas fundações, nas empresas públicas e todas as autarquias. E automaticamente a gente pode gerar receita. No caso da RioFilme, por exemplo, onde eu fui diretora comercial e presidente, a gente comprava participação na venda dos ingressos dos filmes ou do licenciamento de séries de TV. E a gente tinha um custo estabelecido no contrato que garantia a participação. Em um filme como “Meu passado me condena”, por exemplo, a gente chegou a faturar 200% daquilo que a gente tinha investido. E em 2014, se eu não me engano, a gente teve um superávit de 14 milhões. Mas para manter esse superávit a gente tem que ter dinheiro para investir.

- Então hoje a Cidade das Artes que executou um orçamento de 18 milhões e meio no ano passado, tem só 13 milhões e meio para funcionar. Esse número pode parecer alto, mas é um número bastante baixo para o equipamento do porte das Cidades das Artes. Não existe equipamento igual no Brasil.

- E aí hoje, desses 13 milhões e meio, quase três milhões são de Light. Já pedi uma reunião com a presidente da Light para a gente tentar de alguma forma conseguir o patrocínio para os equipamentos maiores da gente.

- Três milhões e meio desse valor estão em fonte 200, ou seja, hoje na Cidade das Artes o orçamento cobre custeio e pessoal. A gente não paga cachê para quem se apresenta lá. Então o nosso desafio é ter um rider de som bacana, um rider de luz, uma estrutura bacana para receber essas grandes produções e aí sim a gente faturar com a parte da bilheteria que diz respeito ao nosso caixa. Hoje a produção fica com 80% e a gente fica com 20%.

- “Peter Pan”, que é um musical belíssimo, é o musical mais premiado de 2018, estreia agora dia 20, se eu não me engano, e a estimativa é que a gente gere meio milhão de receita com ele. Em seguida tem aí a “Cor Purpura” e estamos tentando trazer a Oprah. Eu sei que, por exemplo, esses 13 milhões são insuficientes porque se eu tinha 18 e meio no ano passado e nesse ano eu tenho 15, é óbvio que os impactos vão ser grandes. Então, hoje a Cidade das Artes é o equipamento, desse porte, mais barato do Brasil.

- Tem a Sala São Paulo. A gente fez um comparativo, um estudo. É a que gasta menos e mesmo assim com um orçamento maior do que o nosso. São 62 milhões. Então, de fato, esse debate sobre o que é caro e o que não é acaba sendo muito delicado. Para mim, eu sempre analiso o impacto desses equipamentos e desses espaços antes de fazer essa análise. Então, para mim, hoje nenhum dos nossos equipamentos de fato é caro. Mas quando você olha para um equipamento de pequeno ou médio porte, localizados nas Zonas Norte e Oeste, por exemplo, a gente entende que eles são equipamentos que deveriam ter um pouco mais de atenção e cuidado porque eles estão localizados em áreas estratégicas para a cidade do Rio de Janeiro e para pessoas que precisam desse olhar mais especial e desse atendimento. Então não se trata de “esse é caro e esse é barato”. Não, se esse é caro significa que a gente deveria ter dinheiro para custear todos os equipamentos e eles deveriam estar funcionando com 100% da sua capacidade e não sucateados como acontece com alguns dos nossos equipamentos hoje em dia.

- A Cidade das Artes em 2017/2018 atingiu um público de 630 mil espectadores. Eu não tenho os números anteriores, mas esses dados só crescem. A gente aumentou o número de programação, mesmo com menos orçamento, e aumentou também o número de visitantes. Esse é um equipamento bastante peculiar porque fica no meio da Barra da Tijuca, na Ayrton Senna com a América. É um lugar de difícil acesso, uma batalha que a gente enfrenta todos os dias. É difícil você chegar e se localizar. É fácil você achar, mas chegar e sair da Cidade das Artes hoje não é uma tarefa fácil.

- Eu estava na gestão do César Maia quando a Cidade das Artes foi entregue. E eu acho que ninguém da gestão e a própria população imaginou que a gente fosse conseguir ocupar esse espaço como ele tem sido ocupado. E a gente já começou a implementar um projeto de sustentabilidade para a gente aumentar a receita em relação ao que a gente tem de despesa. Então a nossa ideia é aumentar a receita para a gente diminuir a receita de fonte 100, oriunda do orçamento da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

- A gente tem atualmente quatro modelos de gestão que a gente aplica. A gente tem residência artística. Os teatros da gente estavam com esse modelo, mas quando eu cheguei à Secretaria, em fevereiro, a gestão anterior havia divulgado o edital sem repasses de recursos. E eu fui procurada por muitos artistas, gestores e realizadores pedindo para que a gente cancelasse esse edital. Então a gente fez um movimento bastante arriscado. A gente suspendeu o edital que estava voltado para seis teatros, sendo que quando eu assumi, dois desses teatros já estavam sem contrato, porque terminaram no final de janeiro, e os outros quatro iriam terminar na semana seguinte. E então eu não tive tempo de mandar para a Procuradoria, eu não tive

tempo de fazer um edital novo e aí a gente decidiu estudar um edital novo, tentar alguma verba para entender em quais dos teatros a gente aplicaria esse modelo e em quais a gente não aplicaria. E aí, a gente abriu um período de inscrição para pedidos de pautas para esses teatros e por incrível que pareça está dando super certo. A gente recebeu mais de 600 pedidos em pouco mais de um mês. E foi bem difícil, porque nesses seis teatros, o que a gente tinha por parte da Prefeitura era a limpeza e a Guarda Municipal. Som, luz, bilheteiro e todos os outros funcionários eram custeados com o dinheiro de residência que era repassado para quem estivesse a frente dessas gestões. Então a gente teve que aditivar nossos contratos de som e de luz, que já eram contratos muito pequenos. Um deles custava 25 mil por mês, mas a gente conversou com as empresas, pois as empresas sempre têm equipamentos e então a gente decidiu colocar um rider básico. Hoje quem quiser estar em cartaz em um desses espaços e quiser colocar um rider mais elaborado o custo passa a ser da produção. Estamos com uma estrutura muito mínima para atender a produção carioca, mas foi o que a gente conseguiu fazer na época.

- O Imperator, que é um equipamento belíssimo do Governo do Estado que está cedido para gente, ele tem esse modelo. Recebe um repasse anual para programar e a programação dela é muito bacana. A gente chega a ter mais de 20 atividades e 20 shows por mês.

- A gente tem dois contratos de gestão por OS. O Odeon, no MAR, e o IDG, no Museu do Amanhã. A gente têm os equipamentos que a gente faz a gestão. Esses teatros hoje se encontram nesse modelo de gestão, por exemplo. Porque a partir do momento que o contrato da residência artística termina e a gente passa a gerir, a gente tem um responsável da Secretária de Cultura a frente de cada de cada um desses teatros. E a gente tem o termo de cessão de uso. Hoje, por exemplo, o Circo Voador é uma cessão.

- [Fazendo referência ao slide] Esse é o nosso orçamento para 2019, o orçamento que está lá na Lei Orçamentária Anual (LOA). São R\$ 121.600.000, sendo que desse dinheiro a gente tem incluído a renúncia fiscal. Ou seja, R\$ 54,7 milhões desse orçamento são para Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Sobra um pouco mais de R\$ 66 milhões para a gente fazer a gestão de toda a Secretaria e de todos esses 63 equipamentos.

- Em 2017, o orçamento da Secretaria girava em torno de R\$ 150 milhões. Em 2018 ele foi para R\$ 140 milhões e agora para R\$ 121 milhões. Ou seja, a gente tem uma redução, em dois anos, de aproximadamente R\$ 30 milhões e em minha opinião é impossível que não haja algum impacto.

- E são 340 funcionários, 116 concursados, 158 concursados, 59 cargos comissionados, 2 funcionários cedidos e 5 estagiários. A gente está tentando inclusive aumentar o número de estagiários para dar uma reforçada no nosso time.

- A gente tem os números da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, essa lei é de 2013, já existia, mas essa é uma lei nova. A lei anterior gerava uns problemas para gente porque era ordem de chegada e o povo se escondia no banheiro para chegar primeiro lá. Era uma loucura! E essa agora é inclusive uma lei muito peculiar, pois diferente das outras leis, ela tem uma triangulação: eu pago o ISS para a Fazenda, a Fazenda joga para a Cultura e a Cultura paga o produtor ao invés do patrocinador fazer esse depósito diretamente. E ela tem prazo estabelecido na Lei. Não está no decreto, não está em resolução. Então em maio de todo ano a gente tem que abrir o período de 30 dias para a inscrição dos projetos culturais e em agosto a inscrição dos contribuintes incentivadores que são os patrocinadores, as empresas que recolhem o ISS.

- A gente tem a evolução do orçamento de 2014 até 2019. Esse orçamento que a gente tem para o ano de 2019, de R\$ 54,7 milhões, é referente ao exercício fiscal do ano que vem. Ou

seja, os projetos se inscrevem esse ano e captam no ano que vem. E a lei estabelece pelo menos 1% de renúncia. Então se o prefeito quiser, por exemplo, ele pode dar um pouco mais. É pelo menos 1%, mas a gente nunca passou disso.

Aparte do Conselheiro Mauro Osorio: Quem manda o orçamento para Câmara dos Vereadores é o prefeito, né?

- O que acontece hoje e eu tenho falado muito com o secretário Barbiero sobre isso, é que a gente recebe um teto de orçamento para trabalhar. Eu falei “Barbiero, se você me mandar um teto baixo igual ao que eu tenho você vai complicar minha situação”. Porque, imagina, tem pouco para ainda sofrer cortes depois. Então essa é outra coisa que estamos fazendo: falar com a Câmara, falar com secretário de Fazenda, falar com o prefeito. Porque esse orçamento ele chega pronto para nós. Então o subsecretário de gestão está tendo uma trabalhadeira porque o cobertor é curto e o nosso problema hoje é a quantidade de equipamento que a gente tem. Por exemplo, hoje a Sala Baden Powell, que é um equipamento belíssimo, é caro para gente. Hoje o custo político de se devolver um equipamento, na verdade, é o fechamento desse equipamento. É como um contrato de aluguel, que pode ser rescindido a qualquer momento. Porém, se a Prefeitura rescinde ela fecha o equipamento, devolver, nesse caso, significa fechar, ela se torna responsável por isso.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Alguns são estaduais e estão cedidos, não é?

- O Imperator, por exemplo, é do Governo do Estado. Pedimos a prorrogação da cessão, que vence ano que vem. Sem a prorrogação da cessão, não podemos fazer licitações, não tem segurança jurídica nenhuma. Aí o Secretário de Cultura e Economia Criativa, Ruan Lira, mandou um ofício pedindo informações sobre a bilheteria. Então pode ser que eles queiram fazer a gestão, estamos aguardando.

Aparte de conselheiro: Ou então queiram cobrar uma contrapartida maior.

- Na verdade, hoje não há contrapartida porque eles acabaram se livrando de um problema, já que não há dinheiro para custeá-lo. O foco da cessão não é a exploração econômica, porque a bilheteria não paga o funcionamento desses equipamentos, principalmente por causa das contas de concessionária. A Light, hoje, custa muito dinheiro para esses museus. Em Museus como o Museu do Amanhã e o MAR, há controle de humidade, controle do ar-condicionado, há uma reserva técnica enorme. A população não sabe que o grosso do museu não é o que está exposto, e sim a nossa reserva técnica. A reserva técnica do Museu do MAR, hoje, vale mais de 150 milhões de reais.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Uma coisa importante, é que a energia elétrica no estado do Rio de Janeiro é bem mais cara do que nos outros estados. Porque o ICMS aqui é mais alto. E por que o ICMS é mais alto? Porque o estado do Rio de Janeiro tem uma estrutura produtiva muito pouca densa e a extração de petróleo, por exemplo, paga royalties, mas tem isenção total de ICMS.

Aparte de conselheiro: Falando em receita, Rio Film Commission tem dado alguma contribuição de receita?

- A Rio Film Commission hoje não tem orçamento. Qual a função de uma film commission para o estado ou município em que se encontra? É trazer produções; co-produções; pessoas para investir aqui; fazer filmagens; contratar nossa mão-de-obra; alugarem nossos equipamentos. Hoje as pessoas não querem vir para o Rio de Janeiro, tem um problema sério com licença e autorização de filmagens na rua e eventos, é um dos nossos desafios, eu acho. Eu digo que

fiquei 13 anos na Prefeitura, entrei em 2003 e saí em 2016, voltei agora e são os mesmos problemas. Não saímos do lugar porque queremos fazer um monte de coisas, ao invés de focar no que precisa realmente ser resolvido. A Rio Film Commission hoje atua como um suporte para as produções, ou seja, se alguém de algum lugar do Brasil ou do exterior quiser filmar no Rio, entra em contato com a Rio Film Commission, que te ajuda e te dá o suporte, mostra o caminho, mas aí vem pagamento de taxas, alguns impostos que são gerados, mas nada que vá diretamente para a gente, pois não cobramos por esse apoio. Um dos projetos que tentamos implantar lá atrás era uma maneira de incentivar por meio de alguma taxa e incentivo fiscal, para realmente atrair as pessoas para cá. Mas hoje o Rio de Janeiro é caro. Caro para o turista, parece que não mas é, porque por mais que a moeda de alguns países valha mais do que a nossa, os turistas fazem o cálculo quando vêm para cá. E, na comparação, a cidade do Rio é cara. É uma cidade difícil, os nossos produtores já têm muito dificuldade em filmar aqui. Também enfrentamos isso com quem é de fora. A Rio Film Commission, inclusive, foi criada pelo Governo do Estado por meio de um decreto e, em algum momento, eles não conseguiram custear a estrutura e nós, da Rio Film, fizemos um contrato de patrocínio com o Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav) e em 2015, se eu não me engano, pedi à Casa Civil que alterasse nossa estrutura para implantarmos a Film Commission na estrutura organizacional porque até então, ela não existia. Ela existe há uns dois ou três anos, mas mesmo assim a Rio Film passou por uma reestruturação com esses cortes de DAS e mudou de nome. Hoje ela é uma coordenadoria, não é bem uma Film Commission, embora atue fazendo esse suporte para os produtores.

- De 2014 a 2018, tivemos 240 milhões de reais em apoio a projetos via renúncia fiscal e 1070 projetos realizados com esse incentivo. Dificilmente, você olha o calendário de eventos de cultura do nosso município, principalmente os de médio e grande porte, e acha algum que não tenha renúncia fiscal. Posso até passar a lista para vocês, mas a maioria dos eventos grandes que acontecem têm renúncia fiscal. A renúncia fiscal é o que temos para hoje, é o que temos de certeza e embora seja difícil de captar é o que temos de certeza porque é o que está estabelecido em lei.

- O valor de renúncia fiscal do ano passado, que foi utilizado esse ano, é de 51,7 milhões de reais. O Rio de Janeiro é o município que tem o maior valor de renúncia, maior até que São Paulo, e nosso teto de captação é maior que o da Lei Rouanet, que agora é chamada de Lei Federal de Incentivo à Cultura. Nosso teto para pessoa jurídica com fins lucrativos está em 1.093.000 milhão de reais e para cooperativas e associações de cultura 1,6 milhões de reais.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Por que os valores do Rio são tão maiores que os de São Paulo? Será que é por conta do Rock In Rio?

- Eu não sei. Primeiro porque temos o mínimo de 1% e São Paulo não.

Aparte do conselheiro Israel Sanches: Em termos absolutos, mas, por exemplo, o Distrito Federal é bem menor que a cidade do Rio e em termos absolutos gastamos a metade.

- Eles têm muito mais orçamento que a gente.

Aparte do conselheiro Israel Sanches: Em termos comparativos com a cidade do Rio?

- Tudo, discricionário e renúncia fiscal, os números dele são bem maiores que os nossos.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: O Distrito Federal tem uma facilidade porque quem paga pessoal é o Governo Federal.

- Eu vou chutar aqui, mas se eu não me engano, lá no DF acho que eles têm pelo menos uns 200 milhões de reais para trabalhar, sem a renúncia.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Impressionante é São Paulo, que é muito pouco.

Aparte do conselheiro Israel Sanches: Seria interessante ver tanto numa perspectiva comparativa com o tamanho da cidade, mas também com o da composição. O gasto municipal se junta com o estadual e o federal, então às vezes, em São Paulo o Governo do Estado entra com mais dinheiro do que a Prefeitura.

- Eles têm fomento direto, é muito maior que o nosso.

- Temos o valor do edital desse ano, referente ao exercício fiscal do ano que vem, o teto de captação por projeto e o período, que eu falei que é estabelecido por lei para a inscrição desses projetos. Esse ano, pela primeira vez, decidimos prorrogar o prazo de inscrição por mais dois dias, embora esteja estabelecido por lei, tivemos uma inconsistência no nosso sistema. Conversamos com um procurador e ele disse que não haveria problema nenhum, mas que seria importante aumentar o prazo para cobrir o tempo em que o sistema ficou fora do ar. Temos o limite de inscrição, porque você pode inscrever mais projetos e com um teto um pouco maior do que o que você consegue de fato captar. Você inscreve vários projetos e vê para qual deles faz a captação e decide para quais vai utilizar o limite total. Pessoas jurídicas com fins lucrativos têm o limite de 2.187 milhões para a inscrição e, como falei, 1.093 milhão de captação; e para a sociedade cooperativa, produtores, artistas e entidades, há o limite de 3.281 milhões para inscrição e 1.640 milhões para captação.

- A nossa meta 00 é o Projeto de Lei 1029, que está tramitando e cria o Fundo Municipal de Cultura; cria o Conselho Municipal de Política Cultural, que hoje é o Conselho Municipal de Cultura, que muda de nome, respeitamos o mandato atual dos conselheiros e fazemos a transição; e cria o Plano Municipal de Cultura. Esse PL, atualmente, tem algumas emendas que foram apresentadas, mas o texto dele, que é do Executivo, prevê pelo menos a realização de um edital de fomentos às artes em geral, não compreendendo audiovisual, que tem que ser lançado no mês de junho todo ano; e um edital de fomento ao audiovisual, que tem que ser lançado no mês de agosto todo ano. Se conseguirmos aprovar esse PL, independente do valor que estarão disponíveis no Fundo, temos a garantia de, pelo menos, esses dois editais todo ano. Eu acho que isso sim é uma política pública, esse Conselho é paritário, pertence à sociedade civil e ao poder público, isso é ótimo. Porque a partir do momento que o poder se concentra no secretário, não que seja ruim, porque se for alguém que seja sensível e converse, atenda às pessoas e consiga fazer essas escolhas pensando minimamente em seus impactos, não há problema nenhum. Mas nada melhor e mais justo que um edital, para que, de fato, as pessoas concorram. Porque nós sabemos que essa conversa de que “todo mundo concorre de igual para igual”, a gente sabe que não é bem assim porque senão, teria que haver vários tipos de linhas e categorias, e nem sempre a verba que temos compreende todas as especificidades que lidamos no dia-a-dia. O edital é a maneira mais justa de fazer essas escolhas.

Aparte de conselheiro: E ter previsibilidade, isso é um coisa muito importante, um calendário.

- Essa lei nos engessa porque nos dá apenas um mês para a inscrição. Mas eu entendo que quem pensou nisso lá atrás, pensou em garantir uma data. Porque hoje o momento é muito difícil. Algumas pessoas já não conseguiam captar de jeito nenhum e quem conseguia, que tinha mantenedor e patrocinador, está perdendo-os. Está perdendo ou os valores estão sendo muito reduzidos. Então, a situação é muito difícil e nada melhor que se possa ao menos programar a data em que você vai tentar conseguir esses patrocínios. Porque garantia de conseguir... Eu nunca entro em discussão do que é grande ou do que não precisa, porque quem sabe com cultura, sabe que todos os eventos precisam sim, e quanto maior o seu evento, mais difícil de ser realizado. Um evento de 100 mil reais, consigo ajuda, mas um evento como o AnimaMundi que o orçamento custa 7 milhões de reais, eu não consigo ajudar. O Encontro de Cinema Negro da Biza Vianna, vamos conseguir ajudar esse ano porque o

orçamento dele é pequenininho. O AnimaMundi eu não sei o que fazer, eu chamei os realizadores para conversar. Eles vão entregar a sede deles em agosto, têm três salas só de acervo e ninguém sabe disso, têm oficinas que funciona o ano inteiro, não só o festival em si, que acontece no mês de julho. O que me incomoda muito é essa falta de articulação entre Poder Público e estatais, as empresas privadas não. Mas nós, que trabalhamos com administração pública, tínhamos que estar nos organizando e nos unindo para tentar viabilizar ou, pelo menos, manter esses eventos. Eu entendo que não vamos conseguir fazer o AnimaMundi com a grandeza que ele merece, ano passado o Brasil foi homenageado no Festival Internacional de Animação Annecy e esse ano perdemos o AnimaMundi, pra mim isso é uma vergonha. Embora seja um evento privado, eu estou tentando ajudar de alguma maneira. Fui ao Itaú Cultural e eles vão entrar com uma parte. O que eu tenho falado com o BNDES, com o CCBB, o Itaú Cultural é que se estão pensando em fazer algo coisa no Rio, se está pensando em investir no Rio de Janeiro, que me procurem porque às vezes um evento está sendo inviabilizado porque só um ou outro vai ajudar, então me procurem que a gente ajuda junto e o evento acontece. O que eu digo pra todo mundo é que nossa função hoje é sobreviver, estamos sobrevivendo.

- Esse é o processo de seleção de pauta para 2019. Foram mais de 600 produções inscritas, abrimos para todos os e teatros, mas o foco eram seis que estavam sem programação. A ideia é que até o final do ano, nós publiquemos uma minuta do edital novo para colocá-lo em consulta pública. Nem sempre conseguimos colocar tudo em consulta pública, tem gente que acha que é fácil trabalhar com Cultura, mas não é, é muito difícil. É uma batalha para se encaixar na legislação, na lei 8666, nós não somos prestadores de serviço. Então temos alguns desafios de compreensão por parte dos próprios órgãos de controle, enfrentamos algum preconceito com algum de nossos colegas ou com a própria população, que desmerece o papel da cultura. Nós sabemos que um povo sem cultura é um povo sem identidade, mas muita gente não está ciente disso ainda. Colocando esse edital para consulta pública, a ideia é que já façamos esse modelo de gestão de residência artística para esses teatros.

- Temos uma emenda da deputada federal Benedita da Silva, são 360 mil reais, 300 mil vindo dela e 60 mil de contrapartida. Ela destinou essa emenda para a seleção de 12 projetos de música, com um repasse para cada no valor de 30 mil, com o objetivo deles percorrer as lonas culturais, as areninhas e arenas da Prefeitura do Rio.

- Esse edital é voltado para os pontos de cultura dentro do Cultura Viva, eu cheguei à secretaria e vi que tínhamos um convênio antigo, até da minha época lá. Esse convênio estava com um pouco mais de um milhão na conta, esse dinheiro é aplicado, então ele rende. Aí eu fui a Brasília e fiz dois pedidos ao secretário de cidadania e diversidade cultural: primeiro, fiz um pedido de prorrogação para mais dois anos desse convênio e; segundo, pedi autorização para utilização desse saldo, para que façamos um edital novo com novos pontos de cultura, a ideia é que façamos um repasse só. O repasse anterior tinha um cronograma de três anos e a gente sabe que isso não funciona. Costumo dizer que convênio é uma modalidade muito complicada de se trabalhar, já fui responsável por convênios da Prefeitura com Governo Federal e vivemos respondendo diligência.

Aparte da conselheira Sílvia Ramos: O cronograma de repasse tem que ser por mais tempo, mais de três anos?

- Não, na verdade, eu acho que tem que ser anual, de uma tacada só. Se você quer repassar 100 mil reais, repasse num ano e não divida em três anos. Mesmo que preveja um cronograma de três anos, o repasse tem que ser feito logo. Porque atrela esse repasse a relatórios de execução. Não temos braço para ficar acompanhando e validando todos os relatórios, prestação de contas...

Aparte da conselheira Sílvia Ramos: E sobre fazer edital para fazer convênio todos os anos?

- Aí depende do Governo Federal, do Governo do Estado, se algum ente quiser fazer, nós executamos, até porque como estamos sem orçamento, então é interessante. Ser executor é sempre muito mais difícil, mas é muito interessante para gente receber qualquer tipo de recurso de ente federado ou não que queira investir na cidade do Rio de Janeiro.

Aparte de Ana Carla Bardaró: Dinheiro federal na grande maioria das vezes é caro para a administração pública.

Aparte do conselheiro Fernando Cavallieri: A prestação de contas é um inferno.

- Se nós, que somos poder público, não conseguimos prestar contas... eu não conheço um convênio que tenha caminhado 100% sem problemas, muito pelo contrário.

- Eu posso pedir que o Marco Aurélio Marcondes, que é presidente da Rio Film, venha falar um pouco sobre Rio Film, que tem uma história muito particular. O Marcondes está preparando um processo de seleção para que transformemos as Casas Casadas, aqui em Laranjeiras, em um centro de referência do audiovisual. Então, temos algumas salas lá que podem ser ocupadas. Atualmente, cedemos algumas dessas salas para a produção de base de alguns eventos ou para algumas produções de longas e curtas metragens que não têm lugar para sede durante algum período. A ideia é que, de fato, a gente ocupe as Casas Casadas porque hoje o que temos lá é apenas a sede da Rio Film e o espaço é maravilhoso. Há um anexo lá atrás que já tentamos licitar para fazer um bistrô com um cinema, mas é difícil porque não tem estacionamento e o metrô é longe.

Aparte do conselheiro Fernando Cavallieri: Funcionou um café ali por uns três anos, talvez. Tinha shows de música. Sobre estacionamento, não sei, hoje quase lugar nenhum tem estacionamento perto.

- Quando fomos fazer a licitação, todos os exibidores que foram, chamamos o Cinemark, Severiano, Grupo Kinoplex e todos eles apontaram isso para a gente. Chamamos para saber se tem alguém interessado e ninguém se interessou porque a sala de exibição lá é pequena, tem uns 60 lugares. Então quando eles fazem a conta... Porque tem que ser feito um investimento inicial.

- Na Cidade das Artes, temos três salas de cinema que não estão terminadas. E hoje, lá na Barra de Tijuca e Recreio, devem ser os bairros que tem a maior quantidade de shoppings. Tem o UCI com 21 ou 19 salas de cinema, o Cinemark...

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Essa coisa de que estacionamento não é importante, no dia que fizerem um shopping sem estacionamento eu vou te dar razão.

Aparte do conselheiro Fernando Cavallieri: Mas shopping é diferente. Qual cinema da Zona Sul, fora esses de Shopping, tem estacionamento?

- Esse último slide é o dos desafios e reflexões. Bom, a primeira eu já falei. Eu acho que nós gestores precisamos pensar sobre políticas de estado em detrimento das políticas de governo. Hoje, eu não tenho pauta e bandeira nenhuma, costumo tentar entender o que precisa ser feito, deixando de lado minha opinião.

- Dois: criação de leis que garantam o futuro do fomento cultural permanente. Por isso é importante aprovar essa lei. Tem um segundo Projeto de Lei, o PL 1028 que trata da transferência de 20% do total da renúncia fiscal para este fundo. Então esses dois PL's vão fazer um casamento muito bacana. Esse PL é muito polêmico, porque ele tira 20% desse valor

de renúncia fiscal. Vai ter impacto, mas a solução é... o prefeito que tiver a frente quando isso for aprovado é aumentar a renúncia fiscal, que o mínimo é de 1%, e se for dado 2% automaticamente não tem impacto. Você consegue fazer fomento indireto (patrocínio via Lei de Incentivo) e os editais de fomento direto que estão fazendo muita falta para a produção carioca.

- Três: coordenação entre os diferentes órgãos da administração pública. É muito difícil. Eu fico no mesmo andar da secretária de Educação, por exemplo, mas a gente se encontra muito pouco. Difícilmente paramos para tratar de um projeto grande que pretendemos trabalhar juntos. Essa articulação até dentro dos próprios órgãos demora a acontecer. Essa crítica eu faço a nós mesmos.

- Quatro: estabelecer escuta dos profissionais da cadeia produtiva, afinal nós da secretaria estamos trabalhando para a população e para os realizadores. Então, a gente precisa escutar. Sei que é difícil garantir representatividade de todos, mas é importante essa conversa.

- Cinco: estimular a formação de redes e capacitação dos agentes culturais. Ouço falar muito pouco de capacitação. Eu acho que formação e profissionalização da nossa área são imprescindíveis, porque nosso mercado é muito informal.

-Por último o número seis: pensar em novos modelos de gestão que preservem a capacidade de investimento na produção cultural.

- A gente passou alguns anos inaugurando e alugando equipamentos que não faziam parte do grupo de espaços da Secretaria de Cultura. Automaticamente não se pensou no modelo de gestão, porque naquele momento se tinha orçamento para custear essas atividades e a sustentabilidade desses espaços.. Porém, no momento de crise você não está preparado para esse momento.

Aparte da conselheira Silvia Ramos: Você falou desses vários modelos de gestão. Em sua opinião, quais deles funcionam melhor?

- Eu acho que todos os equipamentos públicos tem que funcionar com um modelo de gestão onde haja um mínimo de acompanhamento por parte da prefeitura. Há dois tipos de funcionamento para mim, você tem o funcionamento de um equipamento, por exemplo, onde você sabe que a exploração econômica é o foco. A feira de São Cristóvão é um exemplo. Eu não preciso me preocupar com a programação, porque ela sempre estará adequada ao tipo de espaço, mas hoje a gente conseguiria fazer uma cessão e encontrar alguém interessado em operar a feira de São Cristóvão (pagar luz e as concessionárias todas, explorar o estacionamento). Para isso você tem patrocinador, os feirantes pagando um aluguel e taxa de entrada. Então esse é um equipamento que funciona com a cessão.

-Não vejo problema algum em transferir a cessão de um museu e de um teatro em forma de residência artística para alguém programar para você, desde que se tenham metas e contrapartidas muito bem estabelecidas e que você consiga fazer o acompanhamento daquele contrato. As lonas culturais hoje têm cooperativas, institutos à frente. É como se fosse uma residência artística. Por que é importante? As pessoas ali conhecem a comunidade do entorno, tem uma questão de território. A cessão é importante porque você transfere a gestão para alguém que tenha capacidade de gerir, porque hoje a gente não tem capacidade de gerir alguns equipamentos. 63 equipamentos é um número muito alto para a quantidade de funcionários que a gente tem. Eu preferiria ter menos equipamentos funcionando com excelência do que 63 equipamentos nessas condições.

Aparte do conselheiro Jorge Luiz: Parabéns pela tua apresentação! Eu gostaria muito de conversar com você sobre os desafios. Nós sabemos que os equipamentos na cidade são muito concentrados; temos uma vasta periferia onde não há equipamentos. O Rio de Janeiro é uma cidade dominada pela multiplicidade de expressões culturais e, muitas vezes, ela não é institucionalizada. São coletivos, rodas culturais, rodas de samba e bailes funks. Muitas vezes eles são muito marcados por processos um tanto quanto criminalizadores.

- Nós temos dois decretos. Um para roda de samba e um para funk, a gente tem um calendário dessas rodas porque vamos publicar uma resolução e uma data de período de inscrição para todas as rodas se cadastrarem. Mas, hoje, o desafio maior é a autorização para elas acontecerem. Isso aconteceu com o *funk* também hoje ele é exilado para as comunidades, favelas cariocas. Os organizadores, hoje, não conseguem fazer baile *funk* nos clubes, como acontecia.

Aparte do conselheiro Jorge Luiz: Essa economia da cultura que pode ser potencializada nesses grupos, não só a economia da cultura. É importante pensar em como se cria espaços de convivência, de sociabilidade dentro de uma cidade marcada pela violência. Dentro dos desafios, além da formação de agentes tem a questão da sociabilidade.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: E mais do que isso: a cidade do Rio de Janeiro tem uma característica particular que é o gosto pela convivência em espaço público.

Aparte de conselheiro: Nós fizemos uma pesquisa na Zona Oeste, nos levantamos cerca de 300 espaços de cultura na Zona Oeste. Vão desde esporte a museologia. Há uma diversidade cultural. O papel da secretaria é centralizar e pensar políticas públicas. É o grande desafio da secretaria.

- A gente está retomando as conversas com os representantes do movimento funk e também com os representantes das rodas de samba. Nós estamos unindo forças com todos que queiram participar, de alguma forma, com a gente porque é um momento muito delicado.

Aparte do conselheiro Cezar Kirszenblatt: Uma proposta que acho interessante é de ter uma agenda única de cultura no Rio de Janeiro, ou seja, a cidade assumir essa centralidade com proposta de melhor distribuição dos equipamentos.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: A gente tem um aplicativo sobre as rodas de samba, não sei se você está sabendo...

- A gente está criando ainda para as pessoas cadastrarem. Esse aplicativo é para fazer o mapeamento, a gente está trabalhando em cima dele e fazendo alguns ajustes.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Outra coisa, você falou da dificuldade de articulação de políticas. Nós temos uma política integrada chamada Territórios Sociais que trabalha todo mundo junto (IPP, secretarias da Casa Civil, Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura). O Comitê Gestor se reúne a cada 15 dias. Visitamos os vinte mil domicílios mais pobres da cidade do Rio de Janeiro, achamos dois mil em situação de miserabilidade e conseguimos tirar essas pessoas dessas condições. 70% dessas pessoas não tinham filtro d'água. A gente conseguiu reduzir a mortalidade infantil de 8% a 3% em um ano. A partir de 1º de julho, nós vamos entrar em 150 mil domicílios de complexos de favelas. Na época da Nilcemar, ela fez um edital para a realização de atividades culturais nos Territórios Sociais porque nesses locais não há atividades culturais. E outro ponto também é o Siurb, que é o Sistema de Informações Urbanas, toda a prefeitura está trabalhando na mesma plataforma.

O presidente Mauro Osorio agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.